

**A IMPRENSA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
O primeiro ano letivo da Nova Capital nas páginas do Correio Braziliense.***

Pedro Mesquita de Carvalho**

Este artigo versa sobre um estudo inicial que trata do uso da imprensa – o jornal diário – como fonte histórica para o estudo da História da Educação no DF. Integra parte de um projeto mais amplo de iniciativa de um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília. O projeto “Educação Básica Pública no Distrito Federal – 1956/1964: Origens de um projeto inovador” tem por objetivo a construção da história da educação do Distrito Federal em seus primórdios e, assim, contribuir para o preenchimento de uma lacuna na historiografia brasileira, especialmente no que tange a implantação do plano educacional elaborado para a Nova Capital.

Para esse objetivo faz-se de extrema necessidade a busca pelas diversas fontes históricas, espalhadas por arquivos particulares e públicos, visando à constituição de um corpus documental. A construção do período histórico, de acordo com as liberdades metodológicas, hermenêuticas e narrativas que atualmente marcam o fazer historiográfico, busca as mais variadas fontes de pesquisa. As atas de reuniões do conselho da NOVACAP e os decretos presidenciais podem dar pistas sobre as diretrizes governamentais para a educação; no entanto, pouco revelam sobre o trabalho cotidiano dos professores, o ritmo de construção das escolas, ou ainda a reação da população a respeito desses temas.

Por isso, uma parte do levantamento de fontes consiste na busca de todas as notícias e reportagens publicadas nos jornais em circulação na Nova Capital. A incorporação de matérias jornalísticas, devidamente selecionadas e referenciadas, ao acervo documental sobre o tema, certamente contribuirá para acrescentar novos dados e possibilitará aos pesquisadores a eles recorrerem, sempre que necessário.

O trabalho com essa fonte, tornada documento histórico pelo olhar do historiador, envolve formas particulares de utilização. O jornal – assim como seu elemento básico, a notícia – é feito, ao contrário dos tradicionais documentos históricos, para não permanecer no tempo. O olhar para o jornal como documento se difere não apenas na questão da percepção crítica, mas em seus aspectos estruturais e de conservação.

O jornal escolhido para o início da pesquisa foi o Correio Braziliense, por ser de grande circulação e representar o principal diário do período. Até onde foi levantado o material (1963),

* Trabalho realizado no âmbito do programa PIC-UnB sob a orientação da professora Eva Waisros Pereira da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

** Aluno de graduação do curso de História da Universidade de Brasília bolsista do programa PIC-UnB.

suas páginas conferem grande visibilidade à questão educacional de Brasília, por elas personagens emblemáticos dessa história, já redigiram artigos, colunas e reportagens.

Já há algum tempo esse tipo de documento vêm sendo valorizado pelos historiadores. Embora fugaz e muitas vezes superficial, a imprensa possibilita aproximações com o passado em incontáveis aspectos. Nesse sentido, não é na imprensa como conhecimento imediato do passado que está a sua riqueza como fonte; afinal toda fonte só se torna conhecimento histórico pela mediação do historiador. Sobre esse tema, Antônio Carlos Vieira afirma que:

→ | A imprensa permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo, vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. (VIEIRA, 2007, p.13)

Assim, a imprensa está associada diretamente com a experiência urbana e dialoga com uma história política e com a história do cotidiano. A imprensa revela muito sobre o público consumidor e a sociedade na qual ela se insere, bem como as questões vividas pelos indivíduos. Pelas páginas do jornal percebemos a reação da opinião pública a respeito dos temas que a imprensa sugere, ou que ela quer que sejam difundidos.

Ao lado de diversas matérias sobre a transição do governo JK para o de Jânio Quadros, os argumentos da oposição contra Brasília, o drama das primeiras invasões e a luta dos moradores da Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante), estão as notícias e matérias sobre o ensino em Brasília. Em variados matizes, podemos perceber a repercussão dos eventos na nascente sociedade brasiliense, bem como enxergam ou vivem o sistema de ensino de Brasília.

Com isso em mãos, constituem as informações jornalísticas:

→ | Fonte inigualável para o estudo da história da educação, contribuindo para ampliação da compreensão do processo de expansão da educação, da difusão de concepções educacionais, dos usos políticos, das lutas dos diferentes estratos sociais pela educação (CARVALHO & FILHO, 2007, p.56).

E, de fato, o Correio Braziliense ilustrará de variadas formas todos esses aspectos. Principalmente quando as páginas passarem a trazer artigos escritos por professores do sistema público de ensino de Brasília e a dedicar colunas focadas no tema da educação. De alguma forma, os atores envolvidos com os debates sobre o ensino em Brasília usarão o Correio como palco (muitas vezes principal) para exporem suas idéias. Esses atores não se limitarão apenas a professores e diretores, mas também, políticos, jornalistas, gestores e intelectuais. Não é para menos; importante ressaltar que todos esses tipos elencados acima possuem um interesse especial no tema, afinal, dentre eles sempre haverá um pai de aluno matriculado nas escolas de Brasília. Ou

seja, as questões do ensino repercutem não só no âmbito escolar, dos profissionais da educação ou comunicação. Essa polêmica circularam nos lares da maioria dos residentes de Nova Capital, dos mais humildes barracos da Cidade Livre aos apartamentos dos deputados na unidade vizinhança modelo.

Mas qual seria a relação da notícia, da fugacidade da mídia de massa impressa com a História? Para o teórico da comunicação de massa Robert E. Park, a notícia se assemelha a História por se referir aos *acontecimentos*. No entanto, a notícia não é história, ela é acontecimento, fato, na melhor das hipóteses, evento. Assim, para esse autor, a notícia não seria história *porque, em primeiro lugar, se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los com os outros nem como seqüências causais nem como seqüências teleológicas* (PARK, s/d, p.174).

Embora bastante ilustrativa, cabe uma ressalva às palavras de Park. A história ou a produção de conhecimentos sobre o passado não é necessariamente uma narrativa causal sobre fatos, ou uma visão teleológica dos eventos. ^{HA} ~~A~~ que se tomarem cuidados com relação a tal definição. Já no século XIX, Nietzsche nos advertia sobre essa procura de intencionalidades por trás dos acontecimentos, em busca de uma ordem ou encadeamentos racionais. Para ele, esse tipo de interpretação admite o homem, as culturas, as escrituras, os signos ou conflitos como grandezas fixas; não conseguem ou não se interessam em ver um jogo de forças criadoras na causalidade dos acontecimentos, ou mesmo uma ação criadora. Enxergam os acontecimentos como uma relação de *fatos em si*, que, se devidamente interpretados, revelarão a razão criadora por trás dos eventos ¹. Nega-se a possibilidade de que esse passado *veio a ser, está em pleno vir a ser, e por isso não deve ser considerado uma grandeza fixa* (NIETZSCHE, 2004, p.26). Assim, seria inadequado fazer conclusões a respeito ~~a respeito~~ de uma razão ou intencionalidade por trás dos eventos.

Essa relação entre a causalidade dos acontecimentos e a produção de conhecimento histórico também foi abordada pelo historiador Paul Veyne. Para ele:

Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e produzem substâncias em interação, homens e coisas. Os acontecimentos não apresentam uma unidade natural; não se pode, como o bom cozinheiro de Fedro, cortá-los conforme suas articulações, pois eles não as possuem (VEYNE, 1998, p.46).

Assim, diferente da história, a notícia não busca relacionar fatos isolados, criando uma narrativa, sobre eles produzindo um conhecimento. É preciso atentar ainda que o repórter que colhe a notícia vive aquele instante imerso no presente. Talvez para o próprio repórter que produz a notícia, ela nem seja notícia. Afinal, um acontecimento qualquer só adquire alguma importância

¹ Ver: NIETZSCHE, Friedrich. "Da utilidade e desvantagens da história para a vida". In: *Os pensadores, volume XXXII*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.

para quem ele é “noticioso”. O repórter tem plena consciência da fluidez e curta duração da notícia. Assim, a notícia só existe no presente. A notícia como história é outro processo temporal e cognitivo, que antes de mais nada, exige o reconhecimento da sua significação e a mediação do historiador.

Fora da esfera da produção direta do conhecimento histórico, a notícia pode produzir outras significações úteis para a análise histórica. As reações sobre a notícia podem repercutir perante o público consumidor da mídia de massa. Essas reações podem se restringir a um pequeno grupo de interessados, gerando conversações. Porém, dependendo da sua difusão, pode voltar a repercutir nas páginas do jornal, produzindo novas matéria ou comunicações do público para o diário. Em ambos os casos, emerge um personagem importantíssimo para o pesquisador que se pretende a utilizar essa fonte: o público consumidor, sujeito para o qual é dirigida a publicação. Para Park, é *na interpretação dos acontecimentos presentes, ou seja, da notícia, que se funda a opinião pública* (PARK, op.cit, p.176). Dessa forma, podemos vislumbrar esse personagem importante da história que é a pessoa comum, que vivencia os dilemas da sua época e que traz para as páginas do jornal as vozes que estão nas ruas e nos lares.

Porém, é necessário se ater a alguns problemas antes de se debruçar sobre essa fonte histórica. É preciso ter em mente que o produtor da fonte, o jornalista, é obrigado a fazer uma seleção, um recorte que se baseia em suas opções jornalísticas. Nesse caso, se existe uma *opção*, logicamente estará intrínseca a ela uma *omissão*. Pois as opções se baseiam em critérios estipulados pelo próprio repórter ou jornalista, ou ainda pela linha editorial do jornal, ou até mesmo pelos costumes da sociedade na qual está inserido o sujeito que redige a matéria, seleciona os fatos e recorta a realidade. Assim, essa “realidade” exposta pelo jornal se relaciona com diversos fatores que estão por trás do próprio acontecimento retratado dito como real. Essa atenção se torna mais patente ainda nos periódicos antigos (e nem tão antigos) como o Correio Braziliense desse período, onde a maioria das matérias e reportagens nem ao menos são assinadas.

A notícia é um recorte de um olhar humano que tem atrás de si uma gama variada de posições no ambiente social que circula. Isso traz à tona a idéia da tendenciosidade da imprensa e a sua possibilidade de realmente apreender o real. Resulta disso um jogo de forças dentro da sociedade na qual a mídia de massa está inserida. De um lado, os profissionais ligados à imprensa, que defendem a notícia como expressão dos fatos reais divulgados de forma objetiva pelo jornalista e do outro, a idéia de tendenciosidade e manipulação ideológica da mídia de massa. O pesquisador deve então, partir do princípio de que é preciso refletir sobre esse processo de seleção da notícia e não abordá-la de forma mecânica.

Para Marc Paillet, outro teórico do jornalismo:

7) A retomada do real só pode se dar ou ser modestamente tentada sob uma condição: não acreditar exclusivamente no relato jornalístico, mas introduzir, com outros objetivos – e eles são numerosos –, um exame crítico das opções iniciais e dos diversos métodos e condições desse relato (PAILLET, 1986, p.14).

Nesse sentido, devemos nos ater ao fato de que, assim como em várias outras fontes ou materiais escritos, há diversas camadas de leitura e interpretação. Ter isso em mente pode nos ajudar a compreender não só o fato descrito, mas também o produtor desse fato. Na verdade, o que sabemos é que esse tipo de exame deve ser realizado com todas as fontes ou documentos que se pretende utilizar para produzir conhecimento histórico. Para Veyne, *em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhas, ou seja, por tekmeria, por indícios*, nessa linha, continua afirmando que *a história é em essência, conhecimento por meio de documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documento em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo “como se você estivesse lá”* (VEYNE, op.cit, p.18).

Então, mesmo com as ressalvas apresentadas acima, fica claro que isso não invalida a mídia de massa como documento histórico, pelo contrário. Afinal, como apresentado, nenhuma fonte histórica apresenta um recorte fidedigno da realidade. Todos os indícios que nos chegam do passado devem ser encarados, dessa forma, como sinais, que nos indicam mais do que apresentam a primeira vista, principalmente nos seus rastros.

Com essas perspectivas apresentadas, é possível eleger o Correio Braziliense como uma privilegiada fonte para o estudo da história dos primórdios da educação no DF, já que junto com a inauguração da Nova Capital se consolidou como um veículo representativo da imprensa local. Esse trabalho terá como recorte a experiência do primeiro ano letivo em Brasília. Nesse período será possível notar diversos elementos que darão o tom da implantação do sistema de ensino público de Brasília. Problemas políticos e estruturais que persistirão por muito tempo, e também os sentimentos em torno dessa experiência, que oscilariam entre o entusiasmo e o sacrifício do pioneirismo e a decepção e ressentimentos, frutos dos embates entre os projetos em torno de um novo modelo de educação.

Utopias, sonhos e decepções para os pioneiros da educação

A primeira edição do Correio, publicada no dia da inauguração de Brasília, apresenta entusiasticamente diversas coisas sobre a cidade, inclusive a repercussão da inauguração de Brasília no mundo, citando os jornais estrangeiros que escreveram sobre a fundação da nova capital. Nessa edição comemorativa já existe um espaço dedicado ao ensino. A matéria; “Educação na nova

capital tem comissão que dirigirá ensino primário e médio² descreve a organização do ensino em Brasília, a cargo da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), criada em 1958. Segundo a matéria, o ensino em Brasília foi objeto de prolongados estudos do Ministério da Educação e se pretendia servir de modelo para o resto do país.

Anuncia ainda escolas “em fase final de acabamento”, contudo essa “fase final de acabamento” em alguns casos pode atrasar bastante, como será o caso do Centro de Ensino Médio, que deveria estar pronto para o início do ano letivo, mas que só ficara pronto para o ano letivo de 1961.

A matéria é redigida com o mesmo clima de euforia que as outras dessa edição comemorativa, destacando caráter inovador e revolucionário do sistema educacional de Brasília. As matérias buscam passar uma imagem ainda ideal de Brasília, ligada ao que ela realmente deveria ser, segundo o plano de seus idealizadores. Um arquétipo ideal paira na atmosfera de Brasília; candangos numerosos nos canteiros de obras espalhados pelo cerrado, arquitetos, construtores, técnicos do Estado e professores - *os pioneiros*. Esse *ideal pioneiro* relaciona-se com a idéia de uma cidade que possibilita todas as oportunidades, inclusive de uma sociedade idílica. A questão de uma sociedade democrática é um dos pontos de Brasília. E o ensino, até mesmo por suas raízes teóricas também reflete isso. Esses ideais contribuirão bastante para as expectativas em torno do ensino de Brasília.

Os estabelecimentos de ensino que já funcionam, mesmo antes da efetivação do plano educacional, são carregados dessa atmosfera. Na edição de 28 de Abril, uma matéria intitulada, “Brincam juntos no Jardim de Infância filhos de deputados e candangos” mostra uma foto de um grupo de crianças brincando sentadas, na legenda: *num ambiente sadio, cercado do desvelo, da dedicação e do carinho das professoras as crianças Brasília encontram seu paraíso, brincando no Jardim da Infância*.³

No Jardim de Infância programado para atender 100 crianças, estudam 238, ali funcionam três salas em dois turnos, manhã e tarde. A matéria assinala essas imagens que se tornarão recorrentes sobre Brasília, a respeito do que se espera do ensino e dos pioneiros. O repórter evoca a atmosfera dos primeiros anos da construção de Brasília, ressaltando o convívio de filhos de candangos e de deputados. Ressalta a presença da diretora do Jardim, um estereótipo do pioneiro: entusiasmada e admiradora de Juscelino, dirige o Jardim apesar das dificuldades, esperando confiante a ajuda do governo e do MEC.

² Educação na nova capital tem comissão que dirigirá ensino primário e médio. *Correio Braziliense*. Brasília. 21 de abr 1960, p.2.

³ Brincam juntos no Jardim da Infância filhos de deputados e de “candangos”. *Correio Braziliense*. Brasília. 28 de abr 1960, p.8.

No dia 3 de Maio de 1960, na matéria “Escolas de Brasília estão preparadas para iniciar as aulas dia 16 próximo” são enumeradas as escolas que já existem e o número de alunos matriculados para esse ano letivo, além de apresentar uma entrevista com um técnico de educação da NOVACAP. As aulas em Brasília, por força de decreto especial baixado por Clóvis Salgado, Ministro da Educação do governo de Juscelino, começarão em Maio e por isso os alunos não terão o recesso de Julho. A matéria se detém na descrição da CASEB (Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília) e a sua função na organização do ensino. Segundo o técnico da NOVACAP essa comissão tem por finalidade *organizar e administrar o sistema e as atividades escolares em Brasília*⁴, e elaborar junto com o MEC um plano educacional “novo e minucioso” a ser aplicado em Brasília. Depois, selecionar por meio de concurso, professores em todos os estados brasileiros.

A medida que se aproxima o início do período letivo, Armando Hildebrand e os porta-vozes da CASEB anunciam a chegada dos professores, afirmando que não faltarão vagas nas escolas nem materiais de ensino. Enquanto isso, a oposição encabeçada por Carlos Lacerda critica JK e a construção de Brasília, propondo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades na construção da capital. Em uma coluna da edição do dia 10 de Maio, o colunista, Hindemburgo Pereira Diniz, critica essa manobra, tachando-a de “antipatriótica”⁵. O jornal, para manter uma atmosfera de imparcialidade publicará coisas sobre essa articulação de Lacerda, mas não apoiará em nenhum momento, dando mais espaço aos discursos enaltecendores do plano de JK.

Perto do início do ano letivo, faltando quatro dias o jornal apresenta uma matéria sobre os professores recém-chegados e a sua primeira reunião com a diretoria da CASEB. A capa do dia 12 de Maio publica uma foto das professoras em reunião com a diretoria da CASEB no auditório da Escola Parque. Na página 8, está a matéria completa “professores de Brasília estão prontos para iniciar as aulas”, com outra foto. Cerca de 100 professores foram esclarecidos a respeito de pontos do contrato (moradia, condução, vencimentos), bem como o funcionamento do sistema educacional de Brasília. Os pontos foram apresentados por Vicente Umbelino de Souza, coordenador do Ensino Médio da CASEB. Nessa reunião, Vicente Umbelino falou sobre o plano educacional de Brasília, os locais onde lecionarão e apresentou o contrato aos professores. Na explicação do sistema educacional, Vicente fala sobre os pontos gerais:

Em cada super-quadra da nova capital teremos quatro escolas classe, quatro jardins da infância e uma escola parque. Tanto a escola classe como o jardim da infância terão salas de aula normais e a escola parque será para recreação dos alunos. Nesta escola teremos piscina, biblioteca, oficinas de artes aplicadas, teatro, bandinhas, salas de jogos, salas de cinema e outras recreações. Isto porque, a

⁴ Escolas de Brasília estão preparadas para iniciar as aulas dia 16 próximo. 3 mai 1960, p.4.

⁵ Brasília e a comissão de inquérito. *Correio Braziliense*. Brasília. 10 mai 1960, p.4.

criança em Brasília, frequentará a escola, praticamente, seis horas por dia. Durante quatro horas, em geral pela parte da manhã, terá aulas normais na escola classe, e à tarde, passará horas agradáveis na escola parque.⁶

Depois de falar sobre as localidades onde os professores irão trabalhar, Vicente Umbelino apresenta o contrato. O trabalho dos professores não será regido como o dos funcionários públicos, e sim pela CLT, o que em parte, representa várias desvantagens. O repórter explana os termos do contrato sucintamente:

O contrato determina que os professores prestarão seis horas diárias de serviço, exceto aos sábados que serão de quatro horas: a jornada de trabalho será dividida em tempo para lecionar e outro período onde os professores se preocuparão em organizar as aulas, em melhorar o nível de conhecimentos, freqüentar cursos de estudo dirigido, e corrigir trabalhos, entre outras atividades extra classe. Os professores perceberão Cr\$ 25.000 e sofrerão o desconto do IAPC. **As férias serão determinadas pela CLT e deverão seguir o regime da legislação trabalhista no tocante à demissão e indenização. O tempo do contrato é indeterminado.**⁷

Quanto a moradia os professores terão que arcar com as despesas de aluguel sozinhos (Cr\$ 3.000) e poderão, segundo ele, ter acesso facilitado para aquisição de casas próprias.

Um dia antes do início do ano letivo no dia 15 de maio, outra reunião importante. A matéria "Segunda-feira o início do ano letivo", traz pedaços do discurso de Hildebrand aos professores pioneiros, destacando a importância histórica desse ano letivo em Brasília. A palestra inaugural do ano letivo foi ministrada por Armando Hildebrand. O jornal narra a ansiedade e a euforia em torno do acontecimento. Para Armando Hildebrand, trata-se de um acontecimento histórico, e deixa bem claro que, para esse primeiro ano, os alunos devem compreender isso. Assim, pede para que os professores tornem o primeiro dia de aula em Brasília "inesquecível" para os alunos. Para isso, Hildebrand orienta os professores a explorarem ao máximo o tema de Brasília, ressaltando a importância da nova capital, sempre inculcando esse sentimento de pertencimento a algo realmente grandioso, do qual todos fazem parte:

Devem, neste início de aula em Brasília, mostrar aos alunos o que vem a ser essa mudança para o planalto central. Os benefícios que este acontecimento trará para o país. Nesse sentido devem aproveitar os trabalhos colegiais para elucidar as crianças, dando como tema para composições e descrições aspectos de Brasília. Devem incentivar as crianças a escreverem cartas a parentes e amigos de outros lugares, contando o que vêem aqui nesta cidade. (...) Está é a maneira mais acertada para fazer todos compreenderem o significado deste acontecimento histórico.⁸

⁶ Professores de Brasília estão prontos para iniciar as aulas. **Correio Braziliense**. Brasília. 12 mai 1960, p.8.

⁷ Idem (grifo meu)

⁸ Segunda-feira o início do ano letivo. **Correio Braziliense**. Brasília. 15 mai 1960, p.1.

As palavras de Hildebrand, carregadas de otimismo, parecem fazer duvidar de qualquer problema futuro para o desenvolvimento e prosseguimento do plano educacional de Brasília. O aspecto de importância histórica ressaltado por Hildebrand relaciona-se com esse ideal do pioneiro, num lugar onde a novidade plena oferece oportunidades infinitas. Uma nova e moderna cidade, uma nova e moderna concepção de ensino. Tudo possui uma ligação e parece revelar um momento único para a história da educação e do Brasil. Esse vai ser o tom do primeiro ano letivo de Brasília, algo que deve ser tão épico quanto o momento pelo qual passa o país. Esse sentimento deve percorrer tanto os alunos quanto os professores e Hildebrand procura fazer com que todos entendam essa responsabilidade histórica:

→ // Desejo inculcar em todos aqui a idéia de que devemos iniciar as nossas atividades com espírito novo nesta cidade também nova. A educação em Brasília será alvo da atenção de todos, pois, aqui aplicaremos o melhor em matéria de professores. São mestres escolhidos em todo o Brasil. Temos as condições mais modernas para equipar as classes. Temos recursos incontáveis, tornando-se justo que todos esperem de nós o máximo⁹.

De fato, Armando Hildebrand estava certo, os olhares de todos iriam se voltar para o sistema de ensino de Brasília, mas a imagem que veriam não seria a que ele planejou. A euforia e entusiasmo inicial - não compartilhada por todos, levando-se em conta a forte oposição de alguns setores políticos frente ao governo de JK - seriam paulatinamente sufocados ou postos à prova. O jornal iria se tornar um meio de divulgação de todos esses setores, em alguma medida, sempre pendendo para o lado do governo e de Juscelino. Da parte de alguns professores e da câmara dos deputados viriam a maioria das críticas e versões diferentes da realidade apregoada pelas autoridades governamentais e membros da diretoria da CASEB.

Concluindo sua exposição para os professores nessa primeira reunião, Hildebrand convoca outras, onde tratará, junto com os professores, da organização de uma festa para o início do ano letivo, com a participação de pais e alunos. Por fim, anuncia uma aula inaugural, que irá ser ministrada pelo presidente JK.

A CASEB, criada em caráter transitório em 1958, já previa em seu início a diluição das suas funções para uma posterior substituição pela Fundação Educacional de Brasília. A fundação seria criada por decreto pelo presidente da República e herdaria os prédios da CASEB, bem como receberia vários terrenos da NOVACAP. Mencionada a proposta da criação da Fundação, pequenas repercussões e debates ocorreram na mídia. No dia 9 de Junho, uma matéria na parte reservada a política traz a chamada; "deputado quer que CASEB fique dirigindo o ensino". Nela, o dep^{lado} Paulo de Tarso posiciona-se contra a criação da Fundação Educacional, advertindo

⁹ Idem.

sobre os riscos de politicagem e corrupção. Paulo de Tarso também discursa sobre outros aspectos do ensino em Brasília, revelando contradições nos discursos da diretoria da CASEB. Ao contrário do que afirma Hildebrand, por exemplo, as escolas de Brasília já passam por problemas estruturais, e isso é mencionado pela primeira vez no jornal, para ele, a CASEB tem feito milagres *para manter um sistema de ensino incipiente e mal aparelhado*¹⁰.

Os discursos dos deputados no plenário da Câmara sobre educação, especialmente em Brasília, vão se tornando recorrentes. No dia 29 de Junho de 1960, na página de política, o deputado Mário Martins (UDN-Guanabara) discursa a respeito da situação precária dos professores da Capital, principalmente na questão que se mostra mais evidente nesses primeiros momentos, a moradia. O deputado tece diversas críticas ao governo e à gestão do ensino em Brasília, e ao que parece, com algum fundamento, pois teria visitado algumas escolas e conversado com professores. Afirma que mesmo tendo um grupo devotado de professores, o ensino em Brasília está “precaríssimo”. Denuncia que não há vagas suficientes no Jardim da Infância e no primário, principalmente pela falta de professores; já que a Novacap não preparou instalações adequadas e suficientes. Segundo o deputado, existem apenas 60 apartamentos para 230 professores, ficando alguns com mais de 6 pessoas alojadas. As críticas são severas e destoam do discurso otimista do governo sobre o tema:



Nessas condições – adverte – não há mais matrícula para jardim de infância e ensino primário, porque bem se imagina o que seria lecionar, debaixo de uma pressão psicológica desta ordem, um corpo docente que estivesse vivendo, não o drama normal da vida, mas o drama das quatro paredes, em que habitam 8 pessoas. Essa é a mensagem de otimismo que a nova capital, por intermédio do ensino, transmite a todo o Brasil.¹¹

Essa é a primeira vez que o problema da moradia é estampado nas páginas do jornal. Essa fala também é a primeira publicada que explicita os problemas estruturais e contratuais da CASEB. Essas questões serão os pilares que sustentarão a mobilização reivindicatória dos professores e o sentimento de frustração com a experiência em Brasília. Essa não é a primeira vez que o ensino em Brasília será mencionado nas tribunas. Com a transferência administrativa para a Nova Capital, além de funcionários, muitos políticos e autoridades também tinham que residir durante muito tempo na cidade. Com isso os filhos dos deputados estudavam nas escolas públicas da Capital, logo, qualquer problema nas salas de aulas e corredores dos colégios repercutia de alguma forma dentro das casas de deputados e altos funcionários. Esse fato conferia grande visibilidade para tais acontecimentos.

¹⁰ Deputado quer que CASEB fique dirigindo o ensino. *Correio Braziliense*. Brasília. 9 jun 1960, p.3.

¹¹ Mais cinquenta professores. *Correio Braziliense*. Brasília. 29 Jun 1960, p.3.

Essa intimidade entre o poder em Brasília e o cotidiano escolar se manifesta em várias passagens. Um momento muito importante, que revela esse aspecto, é a formatura da primeira turma da Escola Normal de Brasília, no dia 16 de dezembro. O evento é uma grande solenidade que conta com a presença de várias autoridades, sendo o paraninfo da turma o presidente Juscelino Kubitschek, e a oradora da turma de formandas, a filha do deputado Rui Ramos, Cosete Ramos¹².

A partir desse momento esses problemas circularão com muita frequência nas páginas do diário. Ora aqui, ora ali, convidando autoridades - e depois professores - a comentarem a situação. A matéria do dia 12 de Julho de 1960, intitulada; "Escassez de alojamentos e escolas ameaçam o ensino", publica uma entrevista de Armando Hildebrand comentando os problemas urgentes que começaram a aparecer nas páginas do jornal e a situação dos educadores em Brasília. O risco maior parece ser a falta de vagas para comportar a crescente demanda, que aumenta a medida que chegam mais pessoas, principalmente funcionários do Rio de Janeiro. Hildebrand afirma estar bastante apreensivo com o problema da moradia e do número de professores¹³.

Um sistema de ensino planejado para um número ideal de alunos não suportará se manter da forma como foi concebido. A diretoria irá tentar resolver os problemas, mas a morosidade e carência de ajuda estrutural e financeira impossibilitarão uma ação efetiva. Além da falta de escolas, ou seja, espaço físico, o número de professores não será suficiente para a demanda. Entretanto, não há como trazer mais professores, por que simplesmente não terá lugar para eles residirem.

Outro fator de tensão entre os professores e a diretoria da CASEB serão os "cursos de aperfeiçoamento" oferecidos pela comissão. O professor que apresentar baixo rendimento poderá ser demitido. Essa questão é mencionada por Armando Hildebrand numa matéria do dia 14 de julho, chamada "aperfeiçoamento de professores da CASEB", num tópico da coluna do MEC.

Na matéria, Armando Hildebrand comenta a respeito de um curso de aperfeiçoamento dos professores. Esses cursos sempre foram mencionados e já estavam previstos, no entanto, é mencionado pela primeira vez no jornal que tais cursos poderiam ocasionar a dispensa de professores que não alcançassem rendimentos suficientes. Assim, menciona-se pela primeira vez algum critério utilizado na demissão de professores. Na entrevista Hildebrand frisa essa possibilidade, citando justamente a modalidade de contrato dos professores: *Por esse motivo, por serem passíveis de dispensa, foi que os professores foram contratados com base na legislação trabalhista, e continua ao falar sobre o curso; o curso que está sendo realizado terminará com uma prova que eliminará os que forem reprovados*¹⁴.

A principal insatisfação dos professores sobre essa possibilidade é o fato de que eles já teriam passado por um rigoroso processo de seleção, realizando provas e se submetendo as

¹² Brasília: centro de cultura. **Correio Braziliense**. Brasília. 16 dez 1960, p.1.

¹³ Escassez de alojamentos e escolas ameaçam o ensino. **Correio Braziliense**. Brasília. 12 Jul 1960, p.8.

¹⁴ Aperfeiçoamento de professores da CASEB. **Correio Braziliense**. Brasília. 14 Jul 1960, p.2.

entrevistas, onde foram avaliados por especialistas. Dessa forma, acreditam os professores já terem sido avaliados no tocante a suas capacidades, sendo injustas demissões sumárias após esses cursos.

Depois de algumas matérias mais polêmicas, o Correio procura mostrar o outro lado do ensino. A matéria do dia 23 de Julho de 1960, "160 professores", pública mais uma fala de Armando Hildebrand. Segundo Hildebrand existem 160 professores lecionando em Brasília. O diretor afirma que os professores demonstram um grande entusiasmo pelo projeto, conscientes de seu papel histórico. Hildebrand afirma ao repórter que o *trabalho vem sendo dos mais proficuos, com a aplicação de uma série de inovações práticas nos métodos e processos de ensino*¹⁵.

Mesmo com esse tipo de declaração da diretoria da CASEB, os problemas surgidos no sistema de ensino de Brasília continuam aparecendo nas páginas do diário. Na matéria do dia 27 de Julho de 1960; "Saúde e ensino: problemas do DF" é relatado um encontro de jornalistas com Ernesto Silva, para uma entrevista sobre alguns problemas em Brasília. Dois pontos ligados diretamente aos problemas vividos pelos professores são mencionados pelos jornalistas, a moradia dos professores e a possibilidade, lançada por alguns, de se realizar nova seleção de professores. O diretor da NOVACAP afirma que os problemas vividos pelo ensino em Brasília se devem principalmente a uma confusão de atribuições e poderes, divididos entre a Novacap, a Caseb e a Prefeitura. Pelas suas palavras, a NOVACAP não parece ter nada a ver com isso, as professoras contratadas por ela não tiveram problemas. Quanto a possibilidade de nova seleção o diretor da Novacap se manifestou contra acreditando que isso iria ferir duas prerrogativas: a lisura e a competência dos responsáveis pela seleção anterior e o direito que se deve conferir aos pioneiros da educação em Brasília¹⁶. Percebe-se que em todas as estâncias, o ideal do pioneiro se faz presente. Eles também participam desse sonho que se tornou Brasília.

I

Até então as falas e opiniões a respeito desses problemas estavam restritos a pessoas como Ernesto Silva ou os próprios jornalistas. Autoridades do ensino e do governo, funcionários importantes. No entanto, a partir da edição do dia 28 de julho os professores finalmente irão aparecer, colocando o seu próprio discurso. A partir desse dia a presença dos professores será cada vez mais marcante, escrevendo sobre diversos temas. Até então os professores ainda não haviam se manifestado diretamente no Correio Braziliense.

Na matéria de destaque; "protestam as professoras de Brasília", do dia 28 de Julho de 1960 o jornal publica uma carta dos professores que dará início a fase marcada por de decepções com o projeto do ensino em Brasília; mas também, com a reação dos professores e a exposição de suas alternativas. Os problemas abordados nesta carta estarão ainda muito longe de resolução, alguns

¹⁵ 160 professores. *Correio Braziliense*. Brasília. 23 Jul, p.2.

¹⁶ Saúde e ensino: problemas do DF. *Correio Braziliense*. Brasília. 27 Jul, p.8.

irão se agravar e novos surgirão. Mesmo assim, pode-se dizer que a partir desse momento, os professores irão aparecer como sujeitos e protagonistas da sua história em Brasília contada pelo Correio. Disso resultará a percepção, por eles, do espaço midiático. Não de forma ingênua, pois um dos sujeitos dessa primeira etapa de mobilização, a professora Cecília de Queirós Campos, é próxima de um dos colaboradores do Correio e ela mesma conquistará por um tempo um espaço freqüente nas páginas do jornal. Além dessa percepção, acontecerá outra, a da necessidade de organização e mobilização, que resultará posteriormente na criação das associações de professores, já que no início, a associação dos educadores primários era independente da dos secundários, ocorrendo depois uma fusão. O conteúdo da ^{carta} sintetiza bem os problemas vividos por eles. Nela eles comentam diversos pontos, como o processo de seleção a que foram submetidos, as garantias no contrato e nas circulares emitidas pela CASEB, os preparativos para a viagem à Brasília, as condições de instalação na nova capital e o problema de moradia que enfrentam, a posição do grupo a respeito da hipótese do novo concurso e sua pauta de reivindicações.

A carta é endereçada a Armando Hildebrand e foram remetidas cópias ao ministro da Educação e Cultura, ao Presidente da CASEB, ao Secretário da Educação e Saúde do Distrito Federal e à imprensa. Dizendo se dirigir "respeitosamente e sem qualquer quebra de disciplina", os professores começam enumerando seus pontos. Após passarem pela rigorosa seleção, todos os aprovados receberam uma circular da CASEB do dia 18 de Março de 1960 explicitando os critérios pelos quais foram aprovados, informando que todos os professores foram selecionados *mediante avaliação dos títulos e atributos pessoais dos candidatos e dos resultados da prova escrita e da entrevista a que se submeteram os que foram aprovados na seleção preliminar*¹⁷. Após algum tempo de adiamento os professores foram convocados para estar em Brasília no dia 10 de maio. Nessa convocação se frisava que, além das acomodações, a CASEB também forneceria móveis. Ao chegarem a Brasília se defrontaram com péssimas surpresas. Esses professores foram precariamente instalados, amontoados quatro professores em cada apartamento JK, com direito apenas a um estrado e um colchão. A situação, segundo o responsável pelos alojamentos, seria provisória. Após dois meses, a CASEB construiu outros alojamentos igualmente péssimos, intimando-os para que os ocupassem.

Sobre a hipótese de novo concurso a ser aplicado aos professores primários, dizem não entender a razão e se colocam contra enumerando alguns argumentos. Para eles seria algo totalmente injusto, levando-se em conta que professores do ensino médio que passaram pelo mesmo processo de seleção - portadores de diplomas - não foram cogitados para serem avaliados novamente por concurso, bem como outros professores primários que foram aproveitados no ensino médio e que estão aplicando a eles o curso de aperfeiçoamento. Consideram essa hipótese um

¹⁷ Protestam as professoras de Brasília. *Correio Braziliense*. Brasília. 28 jul 1960, p.5.

Plummer

demérito aos professores primários, e também ao próprio sistema de seleção da CASEB que os avaliou e selecionou através de rigorosa seleção. Além disso, questionam como poderiam concorrer efetivamente, sobrecarregados de encargos pedagógicos e também administrativos nas escolas de Brasília. Esse argumento dos professores evidencia mais um problema da instalação do sistema educacional de Brasília. Por fim, enumeram vários itens, compondo uma longa lista de reivindicações que visem reparar esses problemas e o cumprimento do contrato. Terminam afirmando esperar que essas medidas ajudem a tarefa educacional de todos, que poderia ser prejudicada se esses problemas não forem resolvidos. Assinam a carta 80 professores.

Após a publicação da carta, ocorrerá uma reação da CASEB em resposta a esse fato. Isso é relatado na matéria do dia 5 de Agosto de 1960¹⁸. A reação, na verdade, trata-se de uma retaliação contra os professores primários. Armando Hildebrand visita uma aula do curso de especialização, onde comenta o conteúdo da carta afirmando estar “abaladíssimo” com o ocorrido. Para ele o ato dos professores o teria atingido moralmente, e considera-o “injusto, inoportuno e desleal”. Em seguida, pediu para que todos que tivessem assinado a carta se levantassem, e surpreso testemunhou 80 dos 99 professores em pé. Os que não se levantaram, segundo o jornal eram pessoas que exerciam cargos de confiança ou gratificados.

As professoras narraram acontecimentos que sugerem a perseguição que a CASEB passou a promover contra os professores primários. A diluição da cooperativa de professores que funcionava num dos apartamentos JK, a retirada dos ônibus que a CASEB forneceria para os professores primários irem ao Rio de Janeiro, a disponibilidade dos apartamentos apenas para os professores do ensino médio e a exclusão do uso da cantina para os professores primários. No entanto, o jornal não pretende criar inimizades com autoridades do governo e em alguns momentos buscará algum tipo de neutralidade. 8

No meio desses acontecimentos, o jornal fala sobre outros aspectos do ensino, alguns bem favoráveis, como notícias do início de construção de escolas e eventos de encerramento de períodos letivos. Como a matéria do dia 25 de Agosto de 1960 “Alunas da escola normal expõe seus trabalhos”. A matéria fala sobre o encerramento do primeiro período de aulas na Escola Normal de Brasília. Para isso foi organizado um evento festivo com pais de alunos e professores. Armando Hildebrand, iniciando o evento cercado de solenidade, passou logo depois a palavra a Maria Geny Ferreira, diretora da escola. O tema principal colhido pelo repórter sobre o discurso da diretora foi o dos princípios que regem o ensino das normalistas em Brasília. Nas palavras do repórter, a diretora afirma que os princípios que norteiam o ensino das normalistas em Brasília se fundamentam *no respeito à personalidade do educando; na liberdade do educando; na* 8

¹⁸ Mestras: cumpra-se o contrato. Correio Braziliense. Brasília. 5 ago 1960, p.1.

responsabilidade do aluno; e, na cooperação²⁰. A formação de professoras deveria buscar uma doutrina pedagógica inovadora e de afirmação positiva do trabalho de educadora, efetuando-se principalmente por grupos de trabalho e pela socialização em torno das atividades pedagógicas em diversos centros.

III

Nesse meio tempo, entre boas notícias de construção de escolas e fim do período letivo, várias coisas acontecem sem serem divulgadas. Como mencionado anteriormente, as informações só aparecem em seus momentos críticos, quando se tornam notícia, podendo assim causar algum impacto midiático. E é apostando justamente nisso que os professores se articulam e finalmente exercem uma ação de pressão concreta contra a diretoria da CASEB e a prefeitura de Brasília, a fim de resolver seus problemas de instalação em Brasília, principalmente a questão habitacional.

Esse passo é relatado na notícia "Professoras: 48 horas de prazo", do dia 14 de Setembro de 1960. Os professores e professoras, numa extensa reunião de cerca de duas horas presidida por Armando Hildebrand, decidiram impor às autoridades um prazo limite para a resolução de seus problemas. Se em 48 horas nada for resolvido começarão a primeira greve dos professores de Brasília, contando inclusive com o apoio dos próprios alunos, organizados no Grêmio Juscelino Kubitschek. Armando Hildebrand prometeu solidariedade aos professores e intermediá-los com as autoridades do Ministério da Educação.

Segundo o repórter, as professoras não suportavam mais a situação em que se encontravam e que perdura a quatro meses. Residindo em três ou quatro professores nos apartamentos JK de quarto e sala e outros no alojamento coletivo, instalado perto do CEM. Para resolver isso, as professoras entregaram procurações para Armando Hildebrand no intuito de que ele as transmitisse ao Presidente Juscelino Kubitschek, no dia 12 de Setembro. As professoras se fiavam na possibilidade do presidente assiná-las no dia do seu aniversário. No entanto, esse plano das professoras dependia basicamente da aprovação de Lucio Costa, que acabou demorando mais do que deveria, impacientando o professorado, que nesse dia 12 decidiu pela greve.

Ao que parece a trégua de 48 horas foi forçada por Armando Hildebrand, preocupado com as repercussões que uma greve geral teria não apenas em âmbito nacional, mas também internacional. A proposta de Hildebrand é vitoriosa nesse primeiro momento e a trégua de 48h é aceita com uma condição imposta pelas professoras, de que *será aprovado o projeto da construção das 200 casas, financiadas às professoras, ao preço máximo de 700 mil cruzeiros e em prestações nunca superiores a 7 mil cruzeiros mensais*²⁰.

²⁰ Alunas da escola normal expõe seus trabalhos. *Correio Braziliense*. Brasília. 2º Caderno. 25 Ago 1960, p.1.
²⁰ Idem.

Prosseguem^{MV} as mobilizações e as tentativas dos professores junto ao governo para efetivar suas reivindicações. Vencido o prazo de 48 horas, os professores, decidiram em assembléia se dirigir diretamente ao presidente da República. No entanto, Juscelino, convenientemente havia cancelado todas as entrevistas por ocasião das festividades de aniversário de sua mãe, Julia Kubitscheck. Segundo a matéria do dia 16 de Setembro de 1960 "professores de Brasília insistem em pedir casas" que narra esses eventos; os professores do Ensino Médio pretendem elaborar também um manifesto público apontando as causas da greve há ser declarada na segunda-feira. *Reluon*

Em seu manifesto, os professores citam que o presidente da República, em entrevista realizada a dois meses atrás, já havia determinado ao Grupo de Trabalho que entregasse apartamentos aos professores, e que esses apartamentos não seriam os edificadas na quadra 409 e imediações, conhecidos pejorativamente como "apartamentos da Coréia". Terminam seu manifesto explicando que adiaram o movimento de greve em entendimento ao governo e apelam para que o presidente da República tome medidas decisivas para promover habitações condignas aos professores. A matéria acompanha uma foto, onde é possível ver várias pessoas em reunião num pequeno recinto, provavelmente em um apartamento de algum deles ou numa sala de aula.

A primeira greve dos professores de Brasília se encerraria no dia 18 de Setembro, e como não poderia deixar de ser, com muitas promessas aos professores, ^{ao que tudo indica,} certamente sem um fundamento concreto. As repercussões desse problema demorariam um pouco para reaparecerem, visto que o problema não será resolvido inteiramente. ?

No meio de todos esses impasses e decisões, no dia 30 de Setembro de 1960, na coluna "Carrossel de Brasília", tem início a atuação da professora Cecília Queirós Campos no Correio Braziliense. A coluna se propõe a comentar temas cotidianos de Brasília, e sempre que possível dar enfoque à questão educacional. Possui um lado bem humorado, muitas vezes com um senso humor sagaz. Na coluna do dia 30 de setembro, Cecília comenta a respeito de tentativas de furto e arrombamentos nos apartamentos JK, ^{onde as professoras residem.} Além da falta de comércio e conforto, a região isolada e mal iluminada sofre com a falta de segurança também²². Esses apartamentos são onde moram os professores. *Reluon*

Enquanto isso a transição de atribuições do ensino vai se transferindo da CASEB para a Fundação Educacional. Na segunda reunião do Conselho da Fundação Educacional de Brasília²³, onde todos os seus membros comparecem, é feita uma pequena avaliação do processo de instalação do ensino em Brasília. Nela, é debatido o tema da moradia dos professores. Para esse último caso esclareceu o presidente da Fundação, General Bayard Lucas, que já está sendo feito um *Reluon*

²¹ Professores de Brasília insistem em pedir casas. *Correio Braziliense*. Brasília. 16 set 1960, p.8.

²² CAMPOS, Cecília Queirós. Carrossel de Brasília. *Correio Braziliense*. Brasília-30-set-1960, p.3.

²³ Satisfatório o ensino: Brasília. *Correio Braziliense*. Brasília. 12 Out 1960, p.8.

Reluon

Reluon
Reluon

levantamento dos professores que ainda estão sem casa e da melhor forma de financiá-las. Esses levantamentos são feitos, mas nada acontece.

IV

As promessas e o clima relativamente leve que se estabeleceu no período pós-greve dos professores, com boas avaliações do ensino e homenagens, não irá desmobilizá-los. Já no dia 16 de outubro, o jornal publica uma pequena reportagem sobre a criação da Associação dos Professores Secundários²⁴. No entanto, a primeira associação a se instituir será a dos professores primários, que só é noticiada na edição do dia 19, mesmo tendo sido criada no dia 15. j

A Associação dos Professores Primários surge nas páginas do Jornal no dia 19 de Outubro. A criação se deu numa reunião na casa da professora e colunista do jornal, Cecília Queirós Campos, em decorrência de uma comemoração do dia do professor. A nascente associação já marcou para o dia 25 a eleição de sua primeira diretoria e a votação dos estatutos. A associação, criada nesse contexto de mobilização, busca entre outras coisas organizar os professores em torno de diversas pautas, entre elas, moradia e estabilidade. j

Na edição do dia 30 de Outubro, a Associação dos Professores Primários ganha mais publicidade. Na página 8 é publicada uma foto da primeira assembléia geral realizada no auditório da escola parque. A reunião foi presidida por Cecília Queirós Campos que fez uma leitura dos estatutos e apresentou a pauta de reivindicações, enfatizando a questão da moradia e estabilidade. Para continuidade dos trabalhos é marcada nova reunião para o dia 5, com vistas a realização da eleição da primeira diretoria. Na edição do dia 13 de Novembro é publicada a matéria sobre a eleição da primeira diretoria. O evento é marcado por algumas controvérsias. Os problemas que cercaram o pleito foram divulgados em nota pelo grupo que fundou a associação e que acabou por não concorrer aos cargos em eleição. Segundo as professoras fundadoras, quando propuseram a associação para suas colegas, ressaltaram o quanto seria proveitosa a *unidade* na associação, chamando a atenção para as vantagens de uma chapa única na eleição sem a presença de pessoas que exercem cargos de confiança, fortalecendo dessa forma também a sua autonomia. No entanto, um grupo lançou outra chapa para concorrer aos cargos, o que fez com que o grupo de Cecília Queirós retirasse a sua candidatura, e ainda, por "princípios", não participasse da votação por não concordar com o divisionismo.

Outros motivos também levaram o grupo fundador a se abster da participação em todos os níveis. Em seu manifesto, ~~eles afirmam~~ ^{esses professores afirmam} que o grupo concorrente contava com diretoras e com a participação "acintosa" da coordenação do ensino primário. Ou seja, pessoas com cargos de confiança e até de chefia, compunham os quadros de candidatos a coordenadores da associação. j

Nessa primeira eleição, talvez por causa desses incidentes, houve abstenção de mais de 50%.

²⁴ Criada a associação dos professores de Brasília. **Correio Braziliense**. Brasília. 16 out 1960, p.5.

Cento e cinquenta professores votaram para eleger a primeira e polêmica diretoria da Associação Profissional dos Professores Primário^s de Brasília (APPPB). Poder-se-ia perceber nessas manobras um aparelhamento da Associação pelo governo e autoridades do ensino em Brasília, principalmente depois de uma manobra, relativamente radical, como a greve iniciada em 14 de setembro.

Nessa primeira etapa do ensino em Brasília, marcada pela euforia e várias decepções – principalmente por parte dos professores – termina seu ciclo com um fato importante que marca bem essa atmosfera, a demissão do grupo de professores ligados à greve e as mobilizações. Os professores mal alojados e muitas vezes enfrentando situações inadequadas, passarão a ter receio em relação à estabilidade e a perseguição. O clima de terror já deveria estar acontecendo, no entanto o jornal irá noticiar o momento emblemático da demissão dos professores, concedendo um grande destaque ao evento. Na capa da edição de 3 de fevereiro de 1961, lê-se a notícia no meio da página: “CASEB cria o primeiro problema para o futuro prefeito”. A reportagem informa que Armando Hildebrand teria criado “o primeiro problema” para o prefeito recém-empossado, Paulo de Tarso. O problema seria a demissão – segundo o jornal em atitude “nitidamente arbitrária” - de um grupo de professores. Segundo o repórter *nas cartas de dispensa, em termos lacônicos e mesmo grosseiros, alega o diretor da CASEB que a decisão foi tomada levando em conta o julgamento da diretoria*²⁵. Esse silêncio da diretoria será um dos principais pontos de defesa dos professores que se consideraram injustamente demitidos. Eles requisitarão critérios definidos para a dispensa, pois teriam passado pela seleção que atestara a qualidade de suas capacidades.

No dia 5 de fevereiro de 1961, Cecília Queirós Campos realiza uma entrevista com o novo prefeito de Brasília, Paulo de Tarso, focando as questões que giram em torno do ensino e os recentes problemas que aconteceram. O novo prefeito afirma que serão mantidas as bases do Sistema de Ensino de Brasília formulado pelos técnicos do MEC, *nele introduzindo eventualmente as alterações recomendadas pela realidade*²⁶. Perguntando sobre os contratos, Cecília Queirós busca a opinião de Paulo de Tarso a respeito do regime trabalhista dos professores, se considera bom o modelo atual ou um no formato do funcionalismo público. Afirma o prefeito que não possui opinião formada que o impeça de eventualmente buscar modificações futuramente, mas diz acreditar que o atual contrato dos professores *não deve impedir que se dê ao professorado a segurança razoável sem a qual não poderá cumprir a sua nobilíssima função*²⁷.

Continuando a questão dos contratos, pergunta a professora se, na hipótese da prefeitura assumir a administração da Fundação Educacional, os contratos firmados com CASEB serão mantidos. Em resposta, o prefeito afirma que todos os compromissos assumidos pela CASEB serão mantidos e a questão das residências solucionada, buscando a administração se esforçar ao máximo

²⁵ CASEB cria o primeiro problema para o futuro prefeito. *Correio Braziliense*. Brasília. 3 fev de 1961, p.1.

²⁶ Professores da CASEB garantidos. *Correio Braziliense*. Brasília. 5 fev de 1961, p.1.

²⁷ Idem.

nesse sentido. Por fim, Cecília questiona Paulo de Tarso a respeito da construção de novas escolas; sobre isso o prefeito afirma que a administração se empenhará na construção de mais escolas. Na quarta página da mesma edição, o jornal publica uma coluna elogiando Paulo de Tarso e criticando Armando Hildebrand, principalmente por ter efetuado as demissões sumárias num momento de transição política. Essa edição do dia 5 de fevereiro assume uma posição clara de apoio aos professores. As outras continuarão com a mesma tendência, concentrando as críticas a Hildebrand e à CASEB na coluna de Cecília Queirós. Paulatinamente o jornal aliviará as críticas a Hildebrand, apoiando-o em alguns momentos. Isso possibilitará perceber a influência de Cecília, bem como a tendência governista e de neutralidade velada, presente em grandes jornais como o Correio Braziliense.

Considerações finais

A luta pela residência e contra as demissões será marcante e emblemática para o primeiro ano de atividades e experiência em Brasília. Embora se constitua em graves problemas a serem enfrentados, sem dúvida foram questões essenciais para estimular a organização dos professores. As primeiras associações, greves e manifestações estão intimamente ligadas à confrontação desses pontos.

Essas questões, principalmente a respeito das residências, não serão resolvidas completamente, alongando-se para além do início do ano letivo. O levantamento do material, feito até 1963, ainda revela a continuidade desse problema. Essa primeira cobertura do jornal centralizou as falas majoritariamente em Armando Hildebrand, tendência que passa a mudar, alterando-se completamente em meados de 1961. O levantamento das fontes sugere que cada vez mais os professores participarão de forma ativa, debatendo seus projetos para Brasília e os problemas iniciados nessa primeira fase de experiência educacional.

Esse recorte inicial, no entanto, é significativo para visualizar os sentimentos que envolveram a implantação do sistema de ensino em Brasília, explicitando as contradições que persistirão ainda por muito tempo. De um lado, o encantamento com a experiência inovadora, carregada de um ideal pioneiro que certamente agiu sobre o imaginário dos professores e gestores que se envolveram nessa missão. E de outro, as decepções surgidas com a realidade por trás dos sonhos e ideais dos sujeitos envolvidos. As bases do sistema não puderam sustentar as diferenças de projetos idealizados, intensificadas pelas dificuldades estruturais e políticas da implementação do sistema educacional.